



NOTAS ACERCA DOS ATRAVESSAMENTOS HEGEMÔNICOS E FEMINISTAS NO DISCURSO DA FOLHA DE S. PAULO SOBRE O ABORTO VOLUNTÁRIO

GT14: Discurso e Comunicação

Carolina Rodrigues Freitas
Universidade Federal de Goiás
Brasil
carolinarofre@gmail.com

Resumo

Esta é uma proposta de análise dos atravessamentos hegemônicos e feministas no discurso do jornal Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário em dois momentos históricos: a década de 1950 e a primeira década dos anos 2000. A ideia é descrever o jogo de relações interdiscursivas que se dão no interior do discurso jornalítico, se atentando para as regras e leis de emergência e transformação de seus enunciados. Os embasamentos teórico-metodológicos são: os estudos feministas, as teorias construcionistas do jornalismo e as teorizações sobre o discurso empreendidas por Michel Foucault. Como resultado, aponto que a emergência do discurso jornalístico não pode ser dissociada das lutas sociais próprias de cada contexto sócio-histórico e que as transformações desse discurso só podem ser entendidas se associadas às reviravoltas dessas lutas. O jornalismo não somente reflete esses embates; ele é atravessado por eles na medida em que se constitui como um campo interdiscursivo por excelência.





Introdução

Este artigo é um recorte da minha dissertação de mestrado. Nele, trago considerações acerca dos atravessamentos hegemônicos e feministas no discurso da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário na década de 1950 e na primeira década dos anos 2000. A Folha foi escolhida como objeto empírico por ser um jornal brasileiro representativo do jornalismo hegemônico que me interessa estudar.

Este trabalho parte da constatação de que a Modernidade produziu três formações discursivas que tomaram o aborto voluntário como objeto: o discurso hegemônico sobre os corpos, a resistência feminista e o jornalismo. Essas formações discursivas funcionam segundo ordens específicas, que impõem procedimentos de controle e sistemas de exclusão a partir dos quais os seus discursos são produzidos, reproduzidos e transformados.

O jornalismo é uma formação discursiva marcada pela racionalidade e a vontade de verdade tipicamente modernas. As relações de poder que atravessam o campo discursivo do jornalismo criam as condições para a emergência e a transformação desse discurso. O que proponho neste artigo é fazer aparecer esses jogos de relações interdiscursivas, as condições e as estratégias de existência do discurso jornalítico da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário.

Campo discursivo e jogos do poder

O discurso não é um elemento neutro ou transparente, ele não é somente "aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo", mas é também "aquilo que é objeto do desejo". O discurso não é "simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas





de dominação, mas aquilo porque, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar" (FOUCAULT, 2012, p.10).

Na Modernidade, o poder funciona como uma rede microfísica e só existe como estados sempre provisórios e instáveis, cujo suporte móvel são as correlações de força desiguais. O poder se constituiu como disciplinar e opera no sentido de regular, controlar, vigiar os corpos a fim de torná- los úteis e dóceis (FOUCAULT, 2012b).

O poder sempre suscita resistência ou contrapoder. As resistências se distribuem pela sociedade de modo irregular. Embora estejam no poder e dele não possam fugir, as resistências recusam o seu jogo e buscam impedir que ele seja jogado. "Elas representam, nas relações de poder, o papel de adversário [...] o interlocutor irredutível" (FOUCAULT, 1988, p.106).

O discurso é um dos lugares privilegiados onde se exerce poder ou contrapoder. E isso se dá pela articulação entre saber e poder. Por isso, em toda sociedade existem ordens com a função de dominar o acontecimento discursivo. Essas ordens impõem o controle, a seleção, a organização e a redistribuição da produção do discurso por meio de procedimentos que visam determinar quem pode dizer o quê e em que circunstância (FOUCAULT, 2012, p. 9).

Historicamente, o Ocidente tem lançado mão de diversos mecanismos de controle para impor ordens de discurso. Um deles é a oposição entre razão e loucura. O discurso precisa estar dentro dos parâmetros considerados racionais, equilibrados e coerentes para ser aceito socialmente (FOUCAULT, 2012).

Mas existe uma outra forma de controle muito mais sútil e, por isso, muito mais forte: é a vontade de verdade. Esse é um sistema histórico institucionalmente





constrangedor de maneira que, mesmo que seja "possível dizer o verdadeiro no espaço de uma exterioridade selvagem, não nos encontramos no verdadeiro senão obedecendo às regras de uma "'polícia' discursiva" (FOUCAULT, 2012, p.34). Não se trata da verdade em si, mas do que "determina o 'direito à palavra', dos seres que comunicam e as condições de validade da palavra emitida" (CHARAUDEAU, 2012, p. 49).

O fato de existirem sistemas de controle do discurso não significa que por baixo deles reine um grande discurso contínuo, reprimido e recalcado. Os discursos são práticas descontínuas, que "se cruzam por vezes, mas também se ignoram ou se excluem". Por isso, importa perguntar: o que tornou possível a existência de um discurso, apesar de todo esse controle? Por que ele e não outro está ali? (FOUCAULT, 2012, p. 50)

As práticas discursivas devem ser vistas em seu caráter afirmativo de formação e criação. Aí está a grande força dos discursos: a de produzir realidade e verdade. A partir dessa perspectiva, a realidade social não pode ser apreendida como causa ou origem do discurso, mas como um dos seus efeitos (FOUCAULT, 1988).

Um conceito central aqui é o de enunciado. O enunciado é "uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço". O discurso é um acontecimento constituído por séries regulares de enunciados, cuja possibilidade de existência não pode ser dissociada do contexto sócio-histórico de sua emergência (FOUCAULT, 2008).

A formação discursiva é o princípio de dispersão e de repartição de um discurso; ela é "um feixe complexo de relações que funcionam como regra". Temos uma formação discursiva sempre que podemos definir uma regularidade, uma ordem,





correlações, funcionamentos e transformações de um certo número de enunciados (FOUCAULT, 2008, p.82).

Segundo Dominique Maingueneau (1997), as formações discursivas são os princípios de um determinado campo discursivo ou campo de saber que norteiam quem pode dizer o que dentro desse campo. Funcionam, pois, como fratrizes de sentido para que os sujeitos do discurso nelas se reconheçam e para que os significados lhes pareçam óbvios, fraturais."

As condições de existência de um discurso estão ligadas às instituições, aos processos políticos, econômicos e culturais e a toda uma ampla gama de práticas sociais. Assim, além dos discursos, é preciso analisar as forças não discursivas a que os enunciados remetem e nas quais eles & apoiam para existir (FOUCAULT, 2008).

Um discurso está, simultaneamente, em diversos campos de relações com outros, de maneira que "não há enunciado que não suponha outros; não há nenhum que não tenha, em torno de si, um campo de coexistências" (FOUCAULT, 2008, p.110 e 112). Em função dessa heterogeneidade, é preciso buscar os atravessamentos interdiscursivos e considerar a primazia do interdiscurso sobre o próprio discurso (MAINGUENEAU, 1997).

O discurso não é estático; ele está o tempo todo se repetindo, se transformando, se apagando. É o próprio discurso que abre para si a possibilidade "de reanimar temas já existentes, de suscitar estratégias opostas, de dar lugar a interesses inconciliáveis, de [...], desempenhar papéis diferentes". Assim, o que precisa ser analisado é o campo de possibilidades estratégicas que se constitui nas e pelas relações de poder e que permite ao





discurso emergir e se transformar segundo uma ordem específica (FOUCAULT, 2008, p. 41 e 42).

Mulheres e criminalização do aborto voluntário

A Modernidade produziu um discurso hegemônico sobre os corpos que definiu as mulheres como seres inferiores e incompletos, reservando a elas um lugar desprivilegiado. I sso se deu por meio da nomeação da identidade normalizada, universal, superior – a masculina, em oposição ao sujeito marcado como diferente – o feminino (SCOTT, 2002).

Essa oposição binária perfeita, hierarquicamente arranjada, costurou o mundo em termos de universos masculinos e femininos. Nesse sentido, marcar as mulheres com a diferença foi uma forma de subalternizá-las, naturalizando as distinções sociais baseadas no sexo e as relações desiguais de poder (SCOTT, 2002).

O pensamento racional inaugurado pelo Iluminismo buscou explicar as diferenças entre os corpos sobretudo por meio de fatos científicos. Corpos foram dissecados, minunciosamente analisados e, dos corpos, se chegou à alma. A descoberta era de que não só os sexos eram diferentes como eram diferentes em todo o aspecto concebível do corpo e da alma em todo aspecto físico e moral" (LAQUEUR, 2001).

Com as descobertas das diferenças "naturais" entre mulheres e homens, "constatou-se" que as mulheres eram mais habilitadas para a vida privada, em oposição aos homens, mais aptos à vida pública. São, pois, "as diferenças impressas pela natureza nos corpos de mulheres e homens que os colocam em lugares e funções sociais diferenciados" (VILLELA; ARILLHA, 2003, p.101).





Nesse período, emergiu na Europa um discurso que valorizava a maternagem como principal função social feminina. Isso estava ligado "à necessidade do incremento quantitativo e qualitativo de produtores e consumidores humanos induzida pela mudança do modo de produção feudal para o capitalista". Esse discurso significou uma estratégia importante para o aumento populacional requerido no momento (BADINTER, 1985, p. 145).

Assim, no contexto das luzes, os corpos das mulheres, sua sexualidade e reprodução se mantiveram como território a ser controlado, o que era feito com a ajuda da família, do Estado, da Igreja e da ciência. As mulheres eram personagens invisíveis, ou melhor, tornados invisíveis pela relações sociais (CORRÊA, 1999).

A formação da sociedade moderna está relacionada à emergência da burguesia e de seus valores. Nesse contexto, a racionalidade defendida pelos gregos em prol do domínio dos corpos foi retomada, o controle social tornou-se mais imperativo, sendo posto em movimento por modelos de conduta, isto é, por "padrões de hábitos e comportamentos, a que [a elite da] sociedade de uma dada época procurou acostumar o indivíduo" (ELIAS, 1994, p. 95).

Essa nova moral, própria do homem europeu branco abastado, foi introduzida no Brasil ainda no século XVI no bojo do projeto de colonização. A longo prazo isso implicou em uma colonização das perspectivas em que as concepções úteis à reprodução da dominação foram impostas aos colonizados através das instituições sociais (QUIJANO, 2005).

No início dos tempos modernos, os países europeus tinham punições severas para as mulheres que recorriam ao aborto (PEDRO, 2003). Com os pés





fincados nos cânones da Igreja e na racionalidade excludente que lhe é própria, a moral burguesa contribuiu enormemente para carregar o aborto voluntário de um sentido pejorativo, dando novo fôlego à perseguição moral e legal das mulheres envolvidas (ROLIM, 2007).

A criminalização do aborto voluntário foi introduzida no Brasil durante a colonização. O Código Penal vigente no País, que tipifica o aborto como crime contra a vida¹, foi promulgado em 1940 sob a influência da Igreja Católica, da moral burguesa e de acordo com a política de incentivo à natalidade de Getúlio Vargas em que a capacidade procriativa da mulher era um interesse nacional (ROLIM, 2007).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), atualmente, grande parte dos abortos voluntários inseguros acontece na Ámerica Latina, sendo a maioria deles realizados de forma clandestina e em condições precárias que colocam em risco a saúde e a vida das mulheres. Informações do Ministério da Saúde relativas ao ano de 2010 revelam que o abortamento inseguro é a quarta causa de morte de gestantes no Brasil, sendo responsável por tirar a vida de 200 mil brasileiras a cada ano (DINIZ; MEDEIROS, 2010).

As lutas pelos direitos reprodutivos e pelo direito ao aborto

O feminismo pode ser entendido como um discurso de resistência ao discurso hegemônico sobre os corpos. Ele é um contradiscurso inventado pelas mulheres que causou profundos deslocamentos nas estruturas e processos centrais das sociedades modernas, abalando seus quadros de referência, o que significou não

¹ A lei prevê detenção de um a três anos para a mulher que provoca aborto em si mesma ou consente que outra pessoa o faça, de três a dez anos para quem induz o aborto sem o consentimento da mulher e de um a quatro anos para quem provoca aborto com o consentimento da mesma. O aborto é autorizado somente para salvar a vida da mulher ou em caso de estupro (BRASIL, 1940).





apenas diversas conquistas para as mulheres, mas sobretudo a reconfiguração dos discursos e da realidade social (HALL, 2003).

Historicamente, o feminismo tem se constituído como uma frente de luta pela inserção de novos sujeitos e novos direitos na dinâmica da cidadania, partindo do pressuposto de que a própria linguagem está sempre sujeita a variações históricas e contestações políticas (CORRÊA; PETCHESKY, 1996).

O feminismo emergiu no final do século XIX, primeiramente na Europa e Estados Unidos, como uma luta por direitos e igualdade, representando uma crítica aos ideais iluministas e a sua pretensa universalidade. Embora questões relativas ao corpo, à sexualidade e à reprodução já aparecessem, a luta sufragista marcou essa primeira onda, que se prolongou até o final da Segunda Guerra Mundial, quando o movimento sofreu uma retração, após a conquista do direito ao voto (ÁVILA, 1993).

A segunda onda feminista surgiu no final da década de 1960, primeiro na Europa e Estados Unidos. Para essas feministas, a igualdade só poderia ser alcançada se, entre outras coisas, as mulheres pudessem controlar o próprio corpo, a sexualidade e a procriação, o que ficou explícito nos slogans "nosso corpo nos pertence" e "o pessoal é político" (ÁVILA, 1993).

O conceito de direitos reprodutivos surgiu nos Estados Unidos e Europa no final da década de 1970 como uma redefinição do pensamento feminista sobre o direito ao corpo e às liberdades sexual e reprodutiva (ÁVILA, 1993)². Ele serviu como uma "estratégia discursiva para incidir no debate político ideais feministas da segunda onda" (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p.26).

_

² Os direitos em reprodução se incorporam ao direitos humanos. Eles são uma reformulação do conceito a partir das necessidades específicas das mulheres (CORRÊA, 1999).





O feminismo de segunda onda emergiu na América Latina na década de 1970, período em que a região estava tomada por regimes ditatoriais. Nesse contexto, as feministas se aliaram à Igreja Católica e aos partidos políticos de esquerda e questões como o aborto, a sexualidade e o planejamento familiar foram estrategicamente evitadas (ÁVILA, 1993).

Com a redemocratização, em 1980, diversos grupos feministas se lançaram ao debate sobre a sexualidade e a reprodução em que o corpo aparecia como tema da política. Isso representou um confronto acirrado com grupos conservadores e levou a uma desestruturação da ordem que regia as sociedades latino-americanas em geral e a brasileira em particular (ÁVILA, 1993).

A luta feminista possibilitou que a prática fosse descriminalizada nos Estados Unidos e em grande parte dos países europeus entre os anos de 1970 e 1980³. Na maior parte dos países da América do Sul, no entanto, permanece o quadro de criminalização, o que se deve à força política de grupos conservadores (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

A partir da década de 1990, os grupos feministas iniciaram um processo de institucionalização. Muitos, se tornaram organizações não-governamentais (ONG) e buscaram influenciar o pensamento social e as políticas públicas utilizando canais institucionais. Esses grupos buscaram legitimar o campo político dos direitos reprodutivos por meio de diversas estratégias discursivas, como o constante diálogo com o poder público, os organismos internacionais, os profissionais liberais e a imprensa (ÁVILA; CORRÊA, 2003).

_

³ Como reação, grupos conservadores elaboraram o conceito de direito à vida desde a concepção, uma estratégia conceitual para restringir o acesso ao aborto legal (ÁVILA; CORRÊA, 2003).





O conceito de direitos reprodutivos foi reconhecido pela ONU nos anos de 1990. Nessa década, a Organização definiu o aborto inseguro como um problema de saúde pública, recomendou aos governos que garantissem acesso a serviços de saúde às mulheres que sofrem complicações pós- abortos e revissassem as legislações punitivas. Isso fortaleceu a luta feminista pelos direitos reprodutivos e aborto (ÁVILA; CORRÊA; 2003).

Alterar as normas vigentes relativas ao aborto voluntário tem sido um dos maiores desafios enfrentados pelo feminismo no Brasil. Desde 1940, a maior conquista em termos de abertura da legislação no País foi a autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para o aborto voluntário de fetos sem cérebro ou anencéfalos.

Nas últimas décadas, o discurso feminista pelos direitos reprodutivos e o aborto conquistou maior legitimidade social, o que tem levado à reação dos grupos conservadores. Atualmente, essa batalha se dá principalmente em campos discursivos com visibilidade social privilegiada, como é o caso do jornalismo (ÁVILA; CORRÊA, 2003, p.38).

Racionalidade e vontade de verdade jornalísticas

O jornalismo hegemônico teve origem na Europa do século XVIII em meio às revoluções burguesas que fundaram a Modernidade. A racionalidade e a vontade de verdade tipicamente modernas são a base sobre a qual o jornalismo se erigiu e, de certa forma, ainda o legitimam antecipadamente (SODRE, 1966; MAINGUENEAU, 2001).

A partir do século XIX, mudanças socioculturais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo, da urbanização e da ascensão da classe média urbana





contribuíram para a emergência do jornalismo industrial e da imprensa noticiosa "de massas", primeiro na Europa e Estados Unidos e, depois, na América Latina (TRAQUINA, 1999).

Nesse período, a imprensa estadunidense se impôs como modelo a ser seguido. Nesse modelo, os formatos informativos são mais valorizados do que os opinativos. O interesse por fatos se baseia na concepção positivista, que entende por fatos tudo o que se apresenta como "puro" à percepção (SODRÉ, 2012, p. 31).

O jornalismo é uma forma de conhecimento, um saber fazer construído com base em princípios, técnicas e procedimentos que operam a racionalização da sua prática (MEDITSCH, 1997). Essa racionalização sustenta o jornalismo como relato da realidade e lhe possibilita produzir efeitos de verdade na sociedade (CHARAUDEAU, 2012).

Diversas estratégias foram utilizadas para legitimar esse campo de conhecimento, entre elas, a institucionalização e a profissionalização. Técnicas como o *lead* e a pirâmide invertida⁴, e princípios como a factualidade, a imparcialidade e a objetividade surgiram como elementos dos saberes e competências profissionais (TRAQUINA, 1999).

A imprensa é uma das instituições da modernidade responsáveis por delimitar a realidade social. Ao construir uma espécie de realidade jornalística, ela se torna relevante na construção social da realidade, ou seja, "na constante e processual edificação dos referentes e imagens que tomamos pela realidade e que dela fazem parte" (SOUSA, 2008, p. 112).

_

⁴ A pirâmide invertida consiste em organizar as informações consideradas mais importantes no primeiro parágrafo da matéria, chamado lead. O lead é construído pelas respostas às perguntas: o que, quem, como, onde, quando e por que (SOUSA, 2008).





O jornalismo "utiliza como matéria-prima os acontecimentos sociais que, por sua vez, são geradores de notícia que se tornarão acontecimentos sociais" (ALSINA, 2009, p. 137). O processo aí "consiste em transformar 'o mundo a significar' em 'mundo significado', estruturando-o segundo uma percepção da realidade, que é compreensível num determinado contexto sócio-histórico (CHARAUDEAU, 2012).

O jornalismo se apoia na "presunção de que expressa a verdade do cotidiano ou da vida imediata", entendendo verdade como a correspondência entre o enunciado e os fatos do mundo. Porém, a verdade do discurso jornalístico não nasce simplesmente do enunciado, mas "do lugar privilegiado que o jornalista ocupa como mediador entre o acontecimento e a sociedade em geral (SODRÉ, 2012, p. 46).

Embora o jornalismo não se limite à produção e à vinculação de notícias, essa "forma comunicativa tem alastrado nos últimos dois séculos a ideia moderna de jornalismo". As notícias são construídas pelos jornalistas a partir de um emaranhado de procedimentos de rotina, convenções, regras e táticas que vão desde a seleção do acontecimentos até a sua reprodução nas páginas dos jornais (SODRÉ, 2012, p. 14).

Assim, "da cultura profissional dos jornalistas, da organização geral do trabalho e dos processos produtivos, portanto, de uma rotina industrial atravessada por uma polifonia discursiva, surgem os relatos de fatos significativos (os 'acontecimentos') a que se dá o nome de notícias". A notícia é, em última instância, uma estratégia discursiva operada por uma cultura profissional, cuja mitologia faz esquecer os procedimentos arbitrários que presidem à construção do acontecimento (SODRÉ, 2012, p. 24 e 26).





O jornalismo constrói notícias com base em critérios de noticiabilidade. A noticiabilidade se caracteriza como um conjunto de elementos por meio dos quais os jornalistas controlam e gerem quais acontecimentos se tornaram notícias. Ela deriva de pressupostos e valores compartilhados e está ligada à necessidade econômica de organização do trabalho (WOLF, 2002).

Os valores-notícias são componentes da noticiabilidade. Eles estão ligados: 1) àquilo que os jornalistas definem como importante ou interessante, o que tem a ver com o nível hierárquico e a legitimidade social dos indivíduos ou grupos envolvidos e a percepção do acontecimento como significativo; 2) à acessibilidade do acontecimento por parte do jornalista, à facilidade de tratá-lo jornalisticamente e à atualidade, ou seja, a proximidade entre o acontecimento e a sua vinculação como notícia (WOLF, 2002).

Embora revelem certa homogeneidade, os valores-notícias têm um caráter dinâmico. Assim, "assuntos que há alguns anos simplesmente não existiam constituem, atualmente, notícia. A construção do discurso noticioso não é, pois, um processo fixo e rígido, antes, "as suas margens de flexibilidade e de ajustamento induzem a avançar uma hipótese sobre o caráter negociado dos processos de produção da informação" (WOLF, 2002, p. 193 e 198).

Da maternidade como destino ao aborto como problema econômico

Seguem abaixo alguns enunciados de uma matéria publicada pela Folha em 23 de fevereiro de 1951:

- (A) Milhares de mulheres tornam-se estéreis em consequência do aborto.
- (B) O drama das esposas sacrificadas física e mentalmente pela criminosa operação.





- **(C)** Em consequência de abortos, cerca de 50.000 mulheres tornaram-se estéreis ou ficaram mutiladas, quando não perderam a vida durante a criminosa operação.
- **(D)** Milhões de lares estremecem em todo o mundo sob o drama íntimo das esposas que, num momento de paroxismo egoístico, rejeitam os filhos que trazem no ventre.
- **(E)** Vogel, historiando a tragédia de uma jovem que, preocupada com sua beleza física, recorreu ao aborto, para continuar chamando a atenção dos homens, ressalta a vingança da natureza contra as que se recusam a cumprir sua missão.

No início da década de 1950, o Brasil era um país predominantemente rural, agroexportador, comandado pelas oligarquias masculinas e brancas, fundamentadas no modelo de vida burguês imposto pela colonização. Com a retração do feminismo, imperavam os discursos hegemônicos sobre os corpos em que o aborto é visto como algo antinatural e antisocial. No contexto brasileiro, esse discurso estava ligado ao argumento da necessidade de aumento do contingente de produtores e consumidores humanos.

Fazia uma década que o Código Penal havia sido promulgado e o aborto voluntário tipificando como crime contra a vida. A prática representava uma ameaça à ordem social estabelecida. Decidir abortar era, pois, uma forma de resistência às relações de poder que vigoravam.

Nos enunciados da Folha da década de 1950 a prática do aborto voluntário aparece como um problema menos porque matava milhares de mulheres e mais porque as tornavam estéreis, ou seja, as impediam de ser mães. Esse era o "drama das esposas sacrificadas física e mentalmente". É isso que ganha destaque como título da matéria. Nesse discurso, decidir abortar é uma





forma das mulheres rejeitarem a tarefa que tanto a natureza quanto a sociedade lhe reservou. Por isso, "os lares", ou seja, o modelo de família burguês, "tremem" diante do aborto.

Em um recurso muito utilizado pelo jornalismo para conferir credibilidade ao seu discurso, o jornalista utiliza a linguagem númerica para informar sobre as milhares de mulheres que "se tornaram estéreis ou ficaram mutiladas, quando não perderam a vida durante a criminosa operação".

A informação em (E) sobre o lançamento de um trabalho sobre a história de uma jovem que viveu uma tragédia porque recorreu ao aborto por vaidade revela o mote e a moral da história: a natureza se vinga daquelas que deixam de cumprir sua missão. As consequências do aborto voluntário são tidas aí como uma vingança natural contra as mulheres que se negam a ser mães.

No discurso da Folha, as mulheres que sofrem consequências em decorrência de abortos voluntários são culpabilizadas, ou seja, o entendimento é de que elas sofrem porque merecem. As mulheres que decidem pelo aborto aparecem aí, primeiro, como vítimas, como esposas tornadas estéreis, sacrificadas. Depois, como pessoas egoístas, que só pensam em si mesmas.

A seguir, alguns enunciados de uma matéria publicada pela Folha em 7 de março de 2005:

- (A) Complicações do aborto inseguro custam US\$ 10 mi ao ano ao país.
- **(B)** Estimativa sobre o gasto com atendimento foi feita pela Rede Feminista de Saúde.





- (C) Na avaliação de Fátima de Oliveira, secretária-executiva da Rede, a legalização do aborto seguro, além de poder salvar vidas, representará uma economia para o país.
- **(D)** Outro dado revelador é que muitos dos abortos que levam à morte não são os provocados. Das mortes avaliadas no período, 55,8% estavam nessa categoria.
- **(E)** H. fazia mestrado em antropologia na Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) quando se viu grávida, aos 28 anos.
- (F) Nos dois abortos, Eleonora Oliveira, professora de saúde coletiva da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), procurou uma clínica para ter mais segurança.

Na primeira década de 2000, o Brasil vivia os resultados maduros da difusão e legitimação sociais de alguns aspectos do discurso feminista de segunda onda. É exemplo disso a enorme aceitação de noções como igualdade entre mulheres e homens e liberdade sexual feminina.

A conquista de espaço social possibilitou ao feminismo colocar a criminalização do aborto voluntário em discussão. O feminismo recorreu à estratégia de chamar a atenção para o fato de que a criminalização leva um grande número de mulheres, principalmente as menos privilegiadas socialmente, a abortarem de forma insegura e a sofrer consequências graves ou perder a vida em decorrência disso.

Contudo, no discurso jornalístico em análise, o aborto voluntário é encarado como um problema não tanto porque afeta a saúde ou porque causa a morte de milhares de mulheres, mas porque gera gastos econômicos excessivos ao país. O





que importa é o impacto da criminalização no sistema público de saúde. É isso que ganha destaque como título da matéria. A lógica econômica se sobrepõe, assim, às vidas das mulheres.

Embora a matéria alerte para o problema do aborto voluntário inseguro, abrindo possibilidades para que a questão seja encarada de outro modo, ela também reafirma valores conservadores. Isso fica explícito na informação de que quase metade das mulheres que morrem em decorrência do aborto não o provocou. A preocupação parece ser definir quais mulheres estão morrendo: as que não querem abortar ou as que decidem pelo aborto.

Como forma de reforçar a credibilidade da informação que está noticiando, a Folha recorre às estatíticas estimadas pelo grupo feminista: US\$ 10 mi ao ano é o valor gasto pelo país com complicações do aborto inseguro e é 55,8% o percentual de mulheres que morrem por abortos não provocados.

No discurso da Folha, o feminismo institucionalizado aparece como fonte de informação legitimada socialmente e as mulheres que decidem pelo aborto também são ouvidas. Grosso modo, podemos dizer que o discurso da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário na primeira década dos anos 2000 é atravessado predominantemente pelo contradiscurso feminista, apesar de apresentar traços de discursos hegemônicos.

Considerações finais

O discurso da Folha de S. Paulo sobre o aborto voluntário se transformou muito ao longo de seis décadas. De um discurso homogêneo e até simplista, atravessado unicamente por discursos hegemônicos, ele se tornou mais heterogêneo e complexo, passando a ser atravessado tanto por discursos





hegemônicos quanto feministas. Na emergência e na tranformação desse discurso podemos ver os jogos entre poder e resistência e o fortalecimento do discurso feminista sobre o aborto voluntário.

As transformações desse discurso estão ligadas às lutas que se deram mais intensamente na sociedade brasileira a partir da década de 1970 entre discursos hegemônicos e feministas em torno da questão do aborto voluntário. O jornalismo não somente refletiu esses embates; ele foi atravessado por eles na medida em que se constitui como um campo interdiscursivo por excelência.

As mudanças históricas no discurso da Folha sobre o aborto voluntário manifestam as conquistas discursivas do feminismo no campo dos direitos reprodutivos. A legitimidade social alcançada pelo feminismo e suas estratégias discursivas possibilitaram-lhe atravessar o discurso jornalítico sobre o aborto voluntário, rompendo com a supremacia dos discursos hegemônicos. Com o feminismo, as mulheres se tornaram protagonistas sociais, tomando o espaço público e se fazendo ouvir, como fontes de informação e personagens para o jornalismo.

O discurso feminista sobre o direito ao aborto conseguiu atravessar o discurso da Folha na medida em que funcionou segundo a sua ordem, a sua lei, o seu sistema de formação. Primeiro, o feminismo se fez voz institucional legitimada socialmente em pé de igualdade para disputar o direito à voz com discursos hegemônicos e ganhar.

Em segundo lugar, ele conseguiu chamar a atenção do jornalismo ao relacionar às mortes das mulheres em consequência de abortos voluntários inseguros aos gastos econômicos do governo. Assim, o acontecimento "morte de mulheres por aborto" foi percebido pelos jornalistas como algo importante, significativo, digno





de se tornar notícia. E o feminismo fez isso utilizando algo que o jornalismo gosta bastante: dados e estimativas estatísticas.

Na contemporaneidade, o jornalismo é um dos espaços privilegiados para as lutas sociais. Como um dispositivo que seleciona, delimita e significa os acontecimentos sociais, o jornalismo se constitui em um importante componente na produção e transformação da percepção social sobre questões diversas, daí a importância de se compreender melhor como o discurso jornalístico funciona.





REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alsina, M. R. (2009). A construção da notícia. Vozes.
- Ávila, M. B. (1993). Modernidade e cidadania reprodutiva. Revista *Estudos Feministas*, n. 2/93, ano 1.
- Ávila, M.B., & Corrêa, S. (2003). Direitos Sexuais e reprodutivos Pauta global e percursos brasileiros. In: Berquó, E. (org.). Sexo e vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Unicamp.
- Badinter, E. (1985). *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Brasil, Código Penal De 1940. Decreto Lei 2848 de 07/12/1940. Acesso em: 19 de julho de 2013.
- Charaudeau, P. (2012). Discurso das mídias. (2ª ed.). São Paulo: Contexto.
- Corrêa, S. (1999). Saúde reprodutiva, gênero e sexualidade: legitimação e novas interrogações. In: Giffin, K., & Costa, Sh. (orgs.). Questões da saúde reprodutiva [online]. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Petchesky, R. (1996). Direitos sexuais e reprodutivos: uma perspectiva feminista. *PHYSIS: Saúde Coletiva*, *6* (1/2). Rio de Janeiro.
- Diniz, D., Medeiros, M. (2010). Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. Ciência & Saúde Coletiva, v. 15,
- Elias, R. (1994). O processo civilizador. (2ª ed.). Rio de Janeiro: Jorge Zahar.





- Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber*. (17ª ed.). Rio de Janeiro: Grall.
- Foucault, M. (2012). A ordem do discurso. (22ª ed.). São Paulo: Loyola.
- Foucault, M. (2012b). Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber*. (7ª ed.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Hall, S. (2003). *A identidade cultural na pós-modernidade*. (8ª ed.). Rio de Janeiro: DP&A.
- Laqueur, T. (2001). *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud.*Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Maingueneau, D. (1997). *Novas tendências em análise do discurso*. (3ª. ed.). Campinas: Pontes; Unicamp.
- Maingueneau, D. (2001). Análise de textos de comunicação. São Paulo: Cortez.
- Meditsch, E. (2005). O jornalismo é uma forma de conhecimento?. Media & Jornalismo, 1 (1).
- Pedro, J. M. (org). (2003). Práticas proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX. Florianópolis: Cidade Futura.
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas. Lander, E. (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, Argentina.





- Rolim, R. (2007, jan/abr.). Justiça criminal e condição feminina na capital da república em meados do século XX. In: *Sociedade e Estado*, 22 (1), jan./abr 2007.
- Scott, J. (2002). A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Mulheres.
- Sodré. M. (2012). A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento. (2ª ed.). Petrópolis: RJ: Vozes.
- Sodre, N. W. (1966). História da imprensa no Brasil. Civilização Brasileira.
- Sousa, J. P. (2008). Uma história breve do jornalismo no Ocidente. *Jornalismo: História, Teoria eMetodologia da Pesquisa.* (pp. 12-93). Porto, Universidade

 Fernando Pessoa.
- Traquina, N. (1999). Jornalismo: questões, teorias e "estórias". (2ª ed.). Lisboa: Vega.
- Villela, W. V., & Arilha, M. (2003). Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: Berquó, E. Sexo e Vida: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas, SP: Unicamp.
- Wolf, M. (2002). Teorias da comunicação de massa. São Paulo: Martins Fontes.